

O demagogo verde e amarelo

Advogado

» SACHA CALMON

Em plena agonia, Bolsonaro não para de agradar o Centrão, que não quer afagos e abraços, mas dinheiro, cargos em comissão e obras ou pelo menos o anúncio, que seja, de obras prometidas ao eleitorado. O presidente os atende, os do Centrão, obviamente, sob pena de ficar sem sustentação no Congresso Nacional.

Mais tem amortecedores. Os congressistas egressos do Norte e Nordeste do país, onde Lula pontua acima de 60% não se arriscarão a um incondicional apoio ao governo central.

Guedes, por outro lado, está desmoralizado. Ao cabo, esse negócio de Auxílio Brasil é só o Bolsa Família lulista sob outro nome (que falta de originalidade). Guedes, o frouxo, aceita tudo para “agradar o patrão”. Vai para casa, Guedes. Preserve o pouco de dignidade que lhe resta. O mercado financeiro já não crê em suas falas. Evite o ridículo.

Claro como a luz do Sol tropical, esse programa clona o Bolsa Família e não passa de uma nojenta engenhoca eleitoreira de bilhões de reais — que são nossos, dos impostos que pagamos — e de mais uma procrastinação de pagamento dos precatórios líquidos e certos, porém não pagos.

Os particulares — não faz mal repetir —, quando devem e não pagam, têm seus bens penhorados. Os governos, o Executivo, o Poder central, seus entes, como o INSS, quando devem e não pagam, não há como penhorar seu patrimônio (somos ao final, um país atrasado). Então, depois de muita luta são expedidos pelo Poder Judiciário os precatórios. São ordens para que a União, estados, municípios, suas autarquias (INSS) e fundações paguem o que devem mediante inserção da depreciação no orçamento do ano vindouro (caso sejam expedidos até julho do ano anterior).

Pois bem, Bolsonaro quer financiar suas demagogias tomando parte do dinheiro que era dos precatórios (tem gente esperando há 20, 30 anos, que o Estado tenha vergonha e pague o que deve). Esse Bolsonaro saiu pior do que a encomenda! Quer dar o cano nos credores. Que vergonha. E, com o prestimoso apoio do morno Guedes, o servidor de Pilatos.

Neste triênio que está a findar-se, o governo central pouquíssimo fez na infraestrutura, na educação e na saúde (muito pelo contrário sabotou a compra de vacinas), achando-nos animais, com a tal imunidade de rebanho. Para ele, a aparente cópia do fascista Mussolini nós somos alimárias. Que morram uns 10%, o resto pega a doença e sobrevive, para que vacinas? “Não sejam medrosos”, recitava a cópia do Mussolini, “enfrente o perigo!” Ora essa, que sujeito mesquinho, sem piedade, como se proteger, ficar longe de aglomerações, não tivesse sido uma tática universal para combater a pandemia. Vociferou até contra o uso de máscaras. Cá para nós, somos



um país de idiotas.

Como é que pode um presidente de um país com mais de 210 milhões de habitantes residentes, ouvir do chefe de governo da União Federal dizer que a vacina dá AIDS nas pessoas vacinadas e ainda se gabar de que seu Ministério da Saúde vacinou metade da população?

Sua base de sustentação está em parte na classe média — média e alta — sempre moralista e autoritária. Nada melhor para o nosso Mussolini tropical. Não sei a razão de não entrar no debate político nacional o fracasso econômico do governo de Bolsonaro. Que diferença de JK!

Não se reelegerá e nem sei, se vai se candidatar a presidente. Mira o Senado. Serão oito anos de mandato e mamata. Nada melhor para quem viveu às custas do erário a vida toda, desde o curso primário, no vale da Ribeira em São Paulo (tão atrasado como a Alagoas de Lira), até a presidência depois de 27 anos no Congresso Nacional...

Não sei quando o povo brasileiro tomará as rédeas do seu destino. Fomos bem com Getúlio, em 1930, com Juscelino e até com Castelo Branco e Médici na ditadura. Temer nos assegurou a democracia no pós PT, quando crescemos muito,

economicamente falando. Agora, vejamos de sastrado se adornar do Poder Central e nos levar de volta à falta de crescimento, ao desemprego e à fome!

Essa é a verdade inescandível. O rei está nu, mas as classes médias do país, em parte, não se dão conta disso. O empresariado sim. O que será de nós daqui a 10 anos? Nossa indústria continua caindo, ainda que o agronegócio vá bem, por conta própria.

O Auxílio Brasil é apenas a correção monetária do Bolsa Família e um aumento de beneficiários, por isso que no governo Bolsonaro o desemprego aumentou para 15% da população economicamente ativa (PEA). Mas esse aumento foi a desculpa para não pagar os precatórios, verdadeira indecência e disfarça R\$ 20 bilhões que serão utilizados pelos parlamentares para efetivar suas emendas eleitorais com o nosso dinheiro, de nossos impostos!

A PEC dos precatórios é a pior coisa que esse governo perpetrou. Nunca um presidente se utilizou, assim como sua base parlamentar, do dinheiro público para fins eleitorais, sem falar no prejuízo que infligiu aos estados e municípios, os chamados entes políticos subnacionais.

Upgrades da Câmara na pandemia

» RUBENS PEREIRA JR.

Deputado federal do Maranhão

A pandemia de covid-19 desafiou o mundo inteiro, incluindo os parlamentos. Como reunir centenas de parlamentares em local fechado? Treze países com mais de 500 milhões de habitantes interromperam suas atividades e outros dezoito com cerca de 1.7 bilhão de pessoas adiaram as sessões que poderiam decidir como seria o enfrentamento ao coronavírus. Em junho de 2020, 14% dos parlamentos não estavam se reunindo, enquanto 36% deles mantinham reuniões reduzidas ou limitadas. Os dados são do Inter-Parliamentary Union (IPU), que reuniu informações de 2008 a 2020. Não foi o que aconteceu na Câmara dos Deputados do Brasil, que adotou sessões híbridas e remotas, como medida para promover o distanciamento social. As soluções mundo afora passaram pelos caminhos digitais e tecnológicos, com mudanças estruturantes ocorrendo em dias.

O funcionamento das Casas Legislativas pressupõe reunião com diversas pessoas em um mesmo espaço físico para ouvir a sociedade, deliberar políticas públicas, votar proposições legislativas. A pandemia inviabilizou esse funcionamento tradicional, impondo novas formas e dinamicidade aos trabalhos, ao mesmo tempo preservando a saúde dos parlamentares e servidores.

Logo no início da pandemia, a Câmara instituiu o Sistema de Deliberação Remota (SDR). Ficou permitida a votação por aplicativo em dispositivo móvel — previamente cadastrado com biometria digital e facial e notificação do início de uma votação, garantindo mais segurança às votações. Posteriormente, as sessões plenárias passaram a ser híbridas, com a possibilidade de intervenções presenciais e virtuais, além das votações pelo aplicativo Infoleg instalado nos dispositivos móveis dos 513 deputados. Um ano depois do SDR, o funcionamento híbrido das sessões plenárias já tinha sido ampliado para as reuniões das Comissões e do Conselho de Ética.

Diversos parlamentos do mundo hoje funcionam com maior digitalização do processo legislativo, servidores trabalhando remotamente e

parlamentares participando de sessões virtuais e híbridas.

Vale lembrar que, em anos anteriores à pandemia, a Câmara já havia adotado inovações tecnológicas, fazendo com que os recursos incorporados em razão da covid fossem decisivos para que o Congresso Nacional (junto com o Senado brasileiro e os parlamentos do Chile e da Espanha) figurasse como uma das primeiras casas legislativas a se adaptar às restrições impostas pela pandemia.

Em tempos não muito distantes, era necessário colher dezenas de assinaturas manualmente para um projeto de lei ter apoio e depois enfrentava-se uma fila para protocolar. Era bem a cara do século 20. O uso das tecnologias trouxe efetiva modernização ao parlamento brasileiro: assinatura eletrônica, apresentação de projetos via sistema interno, audiências públicas virtuais. O SDR garantiu que as votações fossem exclusivamente voltadas ao enfrentamento à covid-19, como a aprovação do auxílio emergencial, criação de lei para garantir o uso de máscaras e a flexibilização do orçamento com a publicação das Medidas Provisórias nº 1046 e 1047.

Essas mudanças consolidam o “e-parlamento” de maneira eficiente e com maior responsabilidade, permitindo aos servidores e ao público em geral o acompanhamento de todo o ciclo do processo legislativo. Também houve avanços para além das sessões, como a economia de recursos à Câmara, com menos deslocamentos de parlamentares.

A sociedade já se identifica com abaixo assinado e petições on-line. De fato, não queremos voltar ao modelo analógico. Afinal, a Câmara dos Deputados já se modernizou em curto espaço de tempo rumo ao Século XXI. É nesta direção que precisamos seguir.

Na fase digital do parlamento, várias mudanças se concretizaram. Cito a disponibilização de documentos de modo acessível e linguagem simples no site da Câmara; apresentação digital de proposições legislativas por meio do aplicativo Infoleg; e o engajamento dos cidadãos a partir de

enquetes, perguntas em audiências públicas interativas, envio de sugestões (wikilegis) etc.

O site da Câmara atualmente conta com ferramentas de acessibilidade que transformam textos em áudios, leitura em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) esocializers das principais redes sociais, além de e-mail institucional para comunicação com a sociedade. As sessões em plenário e as reuniões de comissões já são transmitidas ao vivo pelo YouTube e também pela TV Câmara, Rádio Câmara, gerando histórico para consultas e pesquisas.

O portal também fornece informações sobre cada deputado, como biografia, proposições apresentadas, discursos, votações e gastos, bem como informações sobre atribuições, funcionamento da casa e do processo legislativo, glossário de termos, cursos à distância, materiais educativos, publicações, estudos e notas técnicas.

De fato, a essência das atividades parlamentares não se resume ao voto, mas abrange toda construção política entre os pares e as intervenções durante as sessões. Modernizar as regras internas do parlamento brasileiro pode parecer assunto de interesse exclusivo dos parlamentares, mas sabemos que não. Compreender o regime interno é abrir as portas da Câmara aos interesses e prioridades do povo.

Em tempo de crise, seja guerra, desastre natural ou pandemia, é necessário deliberar proposições voltadas ao combate dessas crises. E o Congresso Nacional deu exemplo ao se manter em funcionamento ainda que no auge da pandemia. Renovações tecnológicas se tornaram soluções nesse enfrentamento e devemos incorporá-las à atividade parlamentar no pós-pandemia.

É certo que esse momento vai passar. O que deve permanecer e o que não deve? Esta é a reflexão que decidirá o futuro que queremos para a Câmara dos Deputados. A pandemia vai perpetuar o avanço tecnológico da Casa. E certamente as sessões virtuais não serão a regra, pois perderíamos a qualidade dos debates, porém não podem ser totalmente descartadas.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Zebu de carne à preço de ouro

Num país como o nosso, duramente castigado por uma pandemia, que recrudescer por obra e inação de um Estado leviano e de uma classe política indiferente e egoísta, o que era um secular fenômeno de desigualdade social, tornado dormente por ações populistas, vai, aos poucos, se transformando numa espécie de apartheid, acendendo conflitos reprimidos e levando-nos a todos à um beco cuja a saída se depara com um precipício escarpado.

Reverter um quadro com essas configurações de tragédia anunciada não é obra para estadistas de meia-pataca, tampouco para malfeitores travestidos de políticos, cujo o objeto de seus projetos passam longe de qualquer crise social e bem perto dos cofres públicos.

Num cenário instável como esse, prestes a explodir, qualquer fato, por mais corriqueiro que seja, é motivo para detonar manifestações de revoltas. A instalação recente de uma escultura denominada “Touro de Ouro”, defronte à sede da B3, a Bolsa de Valores, em São Paulo, se transformou em motivo de protestos por parte de movimentos sociais.

Na verdade, dado o atual momento, o que foi instalado ali é um monumento com uma imensa área “em branco”, onde as pichações e as garatujas de protestos irão se multiplicar, não apenas por sua visibilidade mediática, mas por subliminarmente representar um símbolo máximo do que seria o capitalismo do tipo selvagem e especulativo.

A primeira inscrição a inaugurar o mural do Touro de Ouro, uma espécie modernizada do “brioche de Maria Antonieta”, às vésperas da tomada da Bastilha, em 1789, vinha com os dizeres “Taxar os ricos”, o que faz algum sentido, quando se observa a discrepância entre a pujança financeira de alguns setores da economia nacional e as imagens que mostram famílias inteiras comprando ossos nos açougues ou simplesmente buscando-os em containers em frente aos atacadistas de alimento.

O que se sabe e a experiência histórica tem demonstrado, repetidas vezes, é que país algum alcançou o patamar de nação desenvolvida, sem antes resolver as questões sociais, principalmente aquelas referentes ao combate a fome e a desnutrição de suas populações. Nesse sentido, o pobre Touro de Ouro é muito mais um boi de piranha expiatório, lançado em meio a população famélica que constantemente cruza aquela região do centro financeiro de São Paulo.

Na linguagem estratégica e marota de alguns partidos políticos, o combate à crise e à fome só se faz com a eliminação dos bilionários que investem em instituições como as bolsas de valores. Nada mais falso e mais passível de enganar e açular aqueles que perderam a razão pelo sofrimento impingido pela fome.

A reprodução do touro instalado em Wall Street, em Nova York, remete a outra cópia, essa das lojas da Havan, que ostenta em suas fachadas uma enorme réplica da Estátua da Liberdade, também vista naquela cidade americana. Mais do que uma mostra de nossa falta de imaginação, que nos leva a copiar símbolos americanos, sem sentido para o Brasil, no universo cultural interno, a colocação desse animal não simboliza a espécie genuinamente nacional que é o boi Zebu, com sua corcova característica, fruto de anos de pesquisa genética.

Mesmo que fosse uma escultura do “Zebu de ouro”, pouco serviria para a população que anseia vê-lo em carne, de preferência, dentro da panela. Para nossas autoridades pançudas e pantagruélicas, trata-se aqui de uma bobagem sem sentido. Mas ensinamentos da história, mostram que revoltas e revoluções não se fazem com base em ideologias, mas são catalisadas pelo fenômeno humano da fome e da barriga vazia.

» A frase que foi pronunciada

“Conficídio”

Expressão usada pelo senador Eduardo Girão para intitular o discurso de Dias Toffoli sobre o abuso de poder do Judiciário

Só erro

O descaso do governo do DF por uma instituição respeitada como o Instituto Ludovico Pavoni, o Ceal, é inexplicável. Depois de divulgar as emendas parlamentares que encheram os cofres do GDF, não há como compreender essa indiferença com milhares de crianças surdas e famílias que só têm o Ceal como apoio. Deve haver algum erro na não continuação do convênio. E hora de a população se solidarizar com essas famílias. Dona Michelle Bolsonaro também.

Paz

Aos poucos os shoppings centers recebem corais que trazem na música natalina a paz tão desejada nos últimos tempos. Desde o dueto violão e sax dos músicos do Corpo de Bombeiros ao Coral Infantil Adventista, todos querem estar no momento da performance.

» História de Brasília

A propósito, até hoje o DTUI não colocou poste de telefones públicos nem na Rodoviária nem na Asa Norte. (Publicada em 14/02/1962)